

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

(Objeto e especificações técnicas)

1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS MUNICIPAIS”.

1.2. Especificidades técnicas a satisfazer:

1.2.1 A presente contratação visa contratar um revisor oficial de contas, para a efetivação do objeto do presente procedimento.

O exercício económico objeto de auditoria, no âmbito da presente prestação de serviços, é o de 2025 e 2026, em caso de renovação.

1.2.2. Dados base: As demonstrações financeiras e outras informações encontram-se disponíveis no site da página principal do Município de Torres Novas.

1.2.3. Competirá, obrigatoriamente, ao auditor externo:

Proceder à revisão legal das contas do município;

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;

- Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.
- Outros trabalhos de verificação ou apuramento Económico/Financeiro que se mostrem necessários, por solicitação do Presidente da Câmara e/ou dos respetivos órgãos municipais;
- Proceder à apresentação tempestiva dos relatórios e outros documentos que se tenha comprometido a realizar ou que lhe sejam solicitados pela entidade adjudicante, nos quais todas as folhas deverão ser numeradas e rubricadas pelo seu representante legal, sendo a última assinada. Se após a apresentação dos documentos referidos anteriormente e previsto na lei e objeto do contrato a entidade adjudicante concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais, o documento será devolvido ao adjudicatário, que disporá de 15 dias para sanar as insuficiências verificadas.
- Emissão da Certificação Legal de Contas.

1.3. Requisitos de execução da prestação de serviços

1.3.1. Os trabalhos a desenvolver no âmbito da prestação de serviços implicarão deslocações ao Município de Torres Novas, e contactos com os diferentes responsáveis com vista à recolha de todos os elementos necessárias.

1.3.2. O adjudicatário fica obrigado a prestar à entidade adjudicante ou à entidade por ele designada, em qualquer tempo na pendência da execução dos trabalhos, as informações e esclarecimentos relativos aos serviços prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com este Caderno de Encargos.

1.3.3. A equipa a afetar à prestação de serviços deverá ser constituída por um revisor oficial de contas responsável pela prestação do serviço de auditoria e, eventualmente, técnico(s) considerados necessários.

O responsável designado deverá estar inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sem prejuízo dos restantes elementos técnicos a afetar à prestação de serviços não estarem inscritos nessa ordem.

1.3.4. A certificação legal de contas 2025 e respetivos relatórios devem estar concluídos a tempo de acompanhar a prestação de contas, individual de 2025, que necessariamente ocorrerá em abril 2026. Caso ocorra a renovação para a Prestação de contas de 2026, que necessariamente ocorrerá em 2027.

1.4. Prazo para início da prestação de serviço

O serviço deverá ser iniciado num prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicitação do contrato no portal da internet dedicado aos contratos públicos.

Cláusula 2ª

(Preço base)

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado, tendo em consideração o valor atual do mercado, e ainda as especificidades técnicas indicadas na cláusula 1.ª deste Caderno de Encargos, no montante de 8.600,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para um exercício, com o valor contratual máximo de 17.200,00€, considerando a eventual renovação.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 3ª

(Obrigações principais do prestador de serviços)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, o prestador de serviços fica ainda obrigado, a título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 4ª

(Período de vigência do contrato)

1. O prazo previsto será de Maio de 2025 a abril de 2026, eventualmente renovável por mais um ano, no máximo de 24 meses.
2. O contrato poderá ser renovado, se não for denunciado com a antecedência mínima de 60 dias.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 5ª

(Objeto do dever de sigilo)

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Torres Novas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações do Município de Torres Novas

Cláusula 6ª

(Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Torres Novas deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, sendo o valor total contratado dividido pelos meses subsequentes até à apresentação do último relatório de auditoria (maio de 2025 e abril de 2026).

Cláusula 7ª

(Condições de pagamento e faturação)

- 1 - A quantia devida pelo município de Torres Novas, nos termos da Cláusula 6ª, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo município da respetiva fatura.
- 2 - Em caso de discordância por parte do município de Torres Novas, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 - O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato - PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município, sendo a empresa Saphety o parceiro do Município de Torres Novas.
- 4 - Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no [Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho](#), a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.
- 5 - Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 8ª

(Penalidades contratuais)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Torres Novas pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento ou atrasos nos trabalhos objeto do contrato, até 10% do preço mensal x n.º dias atraso/incumprimento;

NOTA: Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no artigo 329.º, do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do prestador de serviços, o Município de Torres Novas pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Torres Novas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Torres Novas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Torres Novas exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 9ª

(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10ª

(Resolução por parte do contraente público)

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Torres Novas pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo incumprimento do serviço objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso/incumprimento respetivo excederá esse prazo;
- b) Quando se verifique desvio qualitativo relevante relativamente às especificações contidas na proposta do adjudicatário e que venham a ser colhidas no contrato.
- c) Quando não se proceda à revisão legal das contas do município.
- d) Quando não se remeta semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município a informação sobre a respetiva situação económica e financeira.
- e) Quando não seja emitido o parecer sobre as contas do exercício exigidos por lei.
- f) Quando o adjudicatário para a execução das tarefas do contrato se socorra da utilização dos serviços de terceiros, sem a autorização prévia do órgão deliberativo do município.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11^a

(Legislação aplicável)

Em tudo omissos neste Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos, e na demais legislação aplicável.